



**PODER JUDICIÁRIO**  
**4ª Vara Federal de Campo Grande**

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS - CEP: 79037-102  
<https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual>

AÇÃO POPULAR(66)Nº 5001602-60.2020.4.03.6000

AUTOR: JOSE BELGA ASSIS TRAD, FABIO MARTINS NERI BRANDAO REGISTRADO(A) CIVILMENTE  
COMO FABIO MARTINS NERI BRANDAO

ADVOGADO do(a) AUTOR: JOSE BELGA ASSIS TRAD - MS10790 ADVOGADO do(a) AUTOR: FABIO  
MARTINS NERI BRANDAO - MS15499

REU: UNIÃO FEDERAL, JAIR MESSIAS BOLSONARO, EDUARDO NANTES BOLSONARO

FISCAL DA LEI: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/MS

## **EDITAL DE CITAÇÃO**

### **PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

O Dr. **GUILHERME VICENTE LOPES LEITES**, MM. Juiz Federal Substituto da 4ª Vara Federal em Campo Grande-MS, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo Federal e Secretaria respectiva, tramita a **Ação Popular Pje nº 5001602-60.2020.4.03.6000**, movida por **JOSÉ BELGA ASSIS TRAD e outros**, contra a **UNIÃO FEDERAL, JAIR MESSIAS BOLSONARO e EDUARDO NANTES BOLSONARO**, e, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei, fica **EDUARDO NANTES BOLSONARO**, brasileiro, casado, Deputado Federal, que não foi encontrado nos endereços disponíveis, **CITADO**, nos termos da decisão id 452897922, para os atos e termos da ação acima, onde a parte autora aduz que o "Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, ora requerido, condecorou seu filho Eduardo Bolsonaro, com a Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União, no grau Grã-Cruz. A medida foi publicada no Diário Oficial desta sexta feira, dia 21/02/2020". Sustenta que ainda que se trate de ato discricionário, "a concessão da Ordem de Mérito pelo Presidente da República ao seu próprio filho depõe contra os preceitos éticos mais elementares na condução da Administração Pública", sendo "rigorosamente incompatível com os princípios da moralidade e da impessoalidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Fica o referido réu ciente de que, não contestada a ação no prazo de 20



(vinte) dias, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, com as ressalvas do art. 345.

E, para chegar ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, o qual será afixado no lugar de costume, publicado no DJEN e na rede mundial de computadores e/ou no sítio do TRF - 3ª Região, nos termos do artigo 257, II do Código de Processo Civil.

Caso a parte ré não possua condições de constituir advogado, deverá comparecer na Defensoria Pública da União, a fim de solicitar que lhe seja prestada assistência jurídica na presente ação.

Por fim, fica o réu advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia.

Campo Grande-MS, 02/12/2025.

**GUILHERME VICENTE LOPES LEITES**  
Juiz Federal Substituto

